



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS

CURSO: PSICOLOGIA

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

PRISCILLA OHANA DA ROCHA

BRASÍLIA

NOVEMBRO/2007.

PRISCILLA OHANA DA ROCHA

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

Monografia apresentada ao
Centro Universitário de
Brasília como requisito
básico para a obtenção do
grau de Psicólogo da
Faculdade de Ciências da
Saúde.

Professor-Orientador:
Valéria Mori.

BRASÍLIA, NOVEMBRO/2007.

PRISCILLA OHANA DA ROCHA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Rogério Lopes de Souza

Suzana Joffily

Valéria Mori

A Menção Final obtida foi:

SS

BRASÍLIA, NOVEMBRO/2007

À constante vibração de luz que recebi do Absoluto, proporcionando-me clareza, calma e persistência.

À Suzanna Joffily, minha supervisora de estágio, a qual clareou meus pensamentos para começar a escrever.

À Valéria Mori, minha orientadora, a qual me acompanhou durante todo o tempo, incentivando-me a dar continuidade aos estudos.

Ao meu pai, que com carinho acreditou em mim, apoiando-me sempre que necessário.

Aos meus avós Zélia e Isaac, e também ao irmão querido, que muito contribuíram, acolhendo-me diante de algumas dificuldades.

À minha mãe, que mesmo à distância enviou-me mensagens de motivação e amor.

A todos que puderam compreender este momento como especial.

SUMÁRIO

• Resumo	04
• Introdução.....	05
• Capítulo 1 – Família.....	07
1.1. História da Vida Privada.....	07
1.2. História da Sexualidade.....	10
1.3. O Amor cortês.....	12
1.4. Razões para estabelecer um casamento.....	14
1.5. As transformações nas dinâmicas familiares.....	14
• Capítulo 2 – Os papéis do homem e da mulher.....	17
2.1. As representações sociais.....	17
2.2. O conceito de gênero.....	19
2.3. O momento atual.....	23
• Capítulo 3 - O impacto dos novos papéis de gênero na relação conjugal atual.....	29
3.1. O amor e a sexualidade.....	29
3.2. O homem e a mulher como provedores financeiros.....	33
3.3. O impacto na relação com os filhos.....	37
• Considerações Finais.....	40
• Referências Bibliográficas.....	45

RESUMO

Este trabalho objetiva oferecer uma análise sobre os papéis do homem e da mulher na sociedade pós-moderna e o impacto destes na relação conjugal contemporânea. Para tal, realizou-se uma breve retrospectiva pela história da família, da sexualidade e da emancipação da mulher na sociedade. Além disso, algumas concepções sobre o conceito de gênero e suas transformações também foram abordados. Transformações essas que acompanham construções sociais, as quais encontram-se em constante transição à medida que a relação sujeito-sociedade constrói uma nova realidade. Através de uma ideologia individualista profundamente internalizada pela sociedade atual, pode-se verificar a reesignificação do amor e sexualidade entre os cônjuges, além da distribuição de tarefas como provedores financeiros e participação na relação de cuidado afetivo com os filhos.

Palavras-chave: gênero, pós-modernidade, individualismo, relacionamento conjugal.

Este trabalho dirige-se à reflexão das profundas mudanças ocorridas em uma perspectiva individual e social, e ao seu impacto nas relações conjugais contemporâneas. Pensar sobre as mudanças dos papéis de gênero dentro da conjugalidade nos dias de hoje requer uma visão interdisciplinar. Assim, considerações antropológicas, sociológicas, filosóficas, psicológicas, históricas e políticas irão direcionar esta reflexão.

Através desta apresentação busca-se trazer as modificações observadas na sociedade brasileira, através de uma identificação de sinais de ruptura com o passado, ao analisar hábitos, valores e comportamentos que atualizam-se diante da constante relação dialética entre o sujeito e seu contexto socio-cultural.

Entretanto, fazer uso de uma análise que seja restrita, no processo de modernização em curso, apenas a esses sinais de transformações não é o objetivo final deste estudo. Ao contrário, a análise buscada neste trabalho “ambiciona atingir a consideração simultânea de permanências e alterações (...)” (Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.16), no que diz respeito aos valores, hábitos e comportamentos da sociedade contemporânea, influenciando o homem e a mulher na percepção de si mesmos, como também na interação com o outro dentro da relação conjugal pós-moderna.

Cabe ressaltar que, como qualquer expressão de discurso e crítica pós-moderna, este estudo não pretende universalizar as relações conjugais atuais. Segundo Vaistman (1994), na sociedade contemporânea a vida é fragmentada, descontínua e heterogênea, e por isso conclui que qualquer crítica universalista só pode ser pragmática, local e contextual. Dessa forma, pretende-se realizar uma análise dentro do contexto social das relações conjugais contemporâneas dentro da classe média urbana do país.

Portanto, este trabalho irá abordar aspectos como a família, alguns conceitos de gênero, além de trazer análises sobre a sexualidade, amor, os papéis exercidos pelo homem e

pela mulher atualmente e o impacto destes na relação conjugal contemporânea. Tratar-se-á destes aspectos considerando suas influencias históricas, sociais e culturais.

1. Família

1.1 História da vida privada

Para tratar de família é necessário primeiro analisar seu surgimento, como formou-se no decorrer dos tempos. Dentre as contribuições de origem para a representação total do mundo estão os ofícios. Segundo Ariés (1975), ilustrando cenas de atividades do cotidiano, os temas dos ofícios constituem a maior parte da iconografia profana medieval. Representar a concepção erudita do mundo da Idade Média através dos ofícios indica um valor significativamente afetivo atribuído pelas pessoas da época, simbolizando suas experiências na vida pessoal.

Ainda segundo Ariés (1975), a iconografia existente dentro do livro de horas do Duque de Berry, o qual ligava os homens as estações do ano, evoluiu até o século XVI, passando por fases de particulares características. De acordo com o livro, no mês de fevereiro, quando antes era ilustrada a imagem de um plebeu a carregar lenha e aquecer-se perto do fogo, evolui para imagens de um homem aquecendo-se perto da lareira, e ao seu lado, sua mulher trabalhando com semblante tranqüilo. A seguir os meses e as ilustrações evoluem, onde, ao passar por transformações incluem temas de amor cortês, incluem também as camponesas junto aos homens trabalhadores. Assim, a partir do século XVI, a presença da família dos senhores está mais freqüente nas iconografias, sendo representada não somente pelo casal do ilusório amor cortês, mas com a inserção de suas crianças. E as crianças ligavam-se a necessidade de intimidade, de vida familiar.

A evolução da família parte da perda de suas funções públicas para ter apenas funções “privadas”. Para Duby e Ariés (1992), as instâncias coletivas fora, aos poucos, assumindo as tarefas da família, restando assim, a realização de uma vida privada. Essas mudanças de funções levam a uma mudança na natureza da família, onde os componentes conquistam o direito de usufruir de autonomia em sua vida privada.

Para refletir sobre a família no século XX, faz-se necessário o entendimento de que a vida privada estava diretamente relacionada ao espaço material que ela ocupava, pois o universo doméstico não era compartilhado com pessoas de fora deste núcleo familiar, além disso, usar-se-á o exemplo das famílias francesas da época para demonstrar os aspectos a serem analisados.

Durante toda a primeira metade do século XX, a maior parte das famílias urbanas acomodava duas ou mais pessoas por cômodo. Quanto menos favorecidas as famílias, maior o aglomerado de pessoas e a promiscuidade. A razão para essa quantidade de pessoas por moradia estava no baixo número de imóveis construídos após a Primeira Guerra Mundial diante da lei do Inquilinato, com o objetivo de proteger os inquilinos e conter os gastos. Entretanto, a divisão de um mesmo cômodo pelo elevado número de membros da família resultou em uma falta de espaço para a privacidade dos mesmos. Os pais e seus filhos expunham todas as cenas de seus cotidianos aos demais. O refúgio da vida privada estava nos segredos, tantos de família quanto os pessoais, no que diz respeito aos sonhos, fantasias, desejos, medos. Os padres e os notários eram os maiores confidentes, principalmente das mulheres. (Duby & Áries, 1992, p.61)

Segundo Foucault (1988), o confessionário católico foi sempre um meio de controle da vida sexual dos fiéis. Já aqueles que não recorriam aos padres mantinham seus segredos guardados para si, os quais eram abafados pelas atividades do cotidiano.

Foi a partir dos anos 60 que “o capital privado voltou a investir em construções, e em quatro anos construiu-se mais do que todo o período entreguerras” (Duby & Áries, 1992, p.69). Através das novas moradias, as quais deveriam seguir normas espaciais impostas pelos poderes públicos, a maior parte da população poderia, enfim, usufruir de certa privacidade nos cômodos, onde os pais passavam a ter quartos separados de seus filhos, assim como o era para a burguesia.

Assim, quanto maior o espaço doméstico, melhor a qualidade da convivência no lar. Surge a vida individual dentro da vida privada, onde cada membro da família tem direito à privacidade dentro do ambiente familiar, apropriando-se de um espaço pessoal. (Áries & Duby, 1992, p.72)

Ao tratar dos antigos poderes, podemos ver claramente a partilha desses entre o casal. Nos séculos anteriores, o controle da família sobre seus membros era bastante significativo. A mulher ainda não podia usufruir de liberdade de decisões com relação a assuntos os quais estavam fora do entendimento doméstico. Dessa forma, o marido detinha o maior poder.

De acordo com Áries e Duby (1992), é apenas a partir de 1970, após a lei do pátrio poder, que a inferioridade jurídica da mulher desaparece com relação ao seu marido. Percebe-se que, com a divisão de papéis da época, a mulher ficava reservada ao ambiente familiar, enquanto que cabia ao homem a vida fora do lar e suas devidas transações. A vida privada acabava por estar sob os poderes da mulher, pois era esta que liderava as tarefas domésticas, e com relação a todas as atividades que ocorriam com relação ao espaço do ambiente familiar, o marido não exercia nenhum poder de decisão. Assim, dentro da esfera doméstica a mulher exercia o poder, e fora da família existia uma sociedade primordialmente masculina.

O limitado espaço dos lares na época levava os maridos, em geral operários, a passarem parte do tempo em bares, pois dentro de suas casas a vida privada era um privilégio difícil de vivenciar. Foi preciso que o espaço doméstico aumentasse para que os maridos pudessem prolongar o tempo de lazer dentro de suas casas. De acordo com Áries e Duby (1992), novos cômodos foram, aos poucos, criados para deixar o homem da casa à vontade, realizando atividades que lhe proporcionasse satisfação, como por exemplo, mexer com ferramentas.

Segundo Duarte (1995), ao longo do século XVIII afirmou-se uma profunda

alteração, um sinal do que hoje é chamado “moderno”, a real necessidade do individualismo.

Sobre a reestruturação da família ocidental burguesa, Foucault (1998) afirma:

Esta não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. (...) O que acarreta também uma certa inversão do eixo: o laço conjugal não serve mais apenas (nem mesmo em primeiro lugar) para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto. (FOUCAULT, 1998, p. 199).

Assim, na burguesia, o desenvolvimento não está ligado à reestruturação do espaço doméstico, mas à ressignificação dos valores para o estabelecimento de uma vida conjugal. Para Áries e Duby (1992), mulheres com o mesmo grau de instrução, exercendo uma profissão, ou ao menos tendo plenas condições para tal, reivindicando igualdade nos direitos para intervir na vida pública, com casamentos que surgem de aventuras em acampamentos e convivências em universidades, os modernos casais trazem, dessa forma, uma nova distribuição dos poderes na vida privada.

1.2 História da sexualidade

Refletir sobre o poder exercido pelos membros dentro do relacionamento implica diretamente em discorrer sobre sexualidade. É possível analisar, sob uma perspectiva histórica, a ligação entre poder e sexualidade. Quanto maior o poder que o homem exercia sobre a mulher, maior sua liberdade em vivenciar a sexualidade, enquanto que, isenta de poder, a mulher não poderia ao menos explorar sua sexualidade, sentir prazer.

Faz-se necessário, neste momento, realizar uma breve retrospectiva sobre a

sexualidade feminina e masculina vivenciadas desde o século XVIII até os dias atuais.

Segundo Foucault (1988), durante o século XVIII o sexo não passou por repressão, ao contrário, surgiu um incentivo político e econômico para tratar do mesmo. O sexo passou não somente por uma teoria, mas também foi analisado, pesquisado e classificado. Surge a chamada “Polícia do sexo”, onde cabia à polícia regular o sexo por meio de discursos úteis e políticos, e não por uma proibição. Havia necessidade do Estado em aumentar e fortalecer sua potência, e o governo procura sistematizar, inserir o sexo em sistemas de utilidade, direcionando-o para promover a natalidade ou baixar o seu índice, de acordo com a demanda da população.

Mas é a partir do século XIX que a sexualidade passa a ter um significado mais semelhante ao que se tem hoje, a característica do indivíduo em ser sexual, de possuir sexo. Para Guiddens (1992), é nessa época que iniciam estudos de Freud (1856-1939) sobre a histeria, quando, tais estudos preocupavam-se com o motivo da predisposição das mulheres a várias enfermidades que não afetam os homens, algo atribuído à sexualidade das mulheres. Assim, neste momento, a mulher que desejava algum tipo de prazer sexual era vista como anormal. Pode-se supor que a constante tentativa em controlar a atividade sexual da mulher, assim como reprimir seu desejo pelo prazer poderia ser a causa pela qual a mulher estivesse desenvolvendo algumas enfermidades.

Um fator bastante relevante para este estudo retrospectivo refere-se à falta de acesso da população de massa aos estudos sobre sexualidade desta época, pois, conforme trás Foucault (1988) em seu segundo volume da obra *A História da Sexualidade*, sabe-se que até a metade do século XVIII a população era, em grande parte analfabeta, e mesmo a parte educada não tinha acesso as informações dos livros de medicina. Dessa forma, o sexo era controlado pelo Estado, o qual estabelecia regras e normas, e a sociedade recebia passivamente este ato de dominação do governo devido à falta ou nenhum esclarecimento

sobre sexo.

As mulheres casavam-se sem nada saber sobre sexo, e assim, não tinham a oportunidade de experienciar uma sexualidade que lhes proporcionasse prazer. Ao contrário, somente aprendiam que deviam servir de objeto de reprodução, e, mais tarde, de prazer para seus maridos. (Guiddens, 1992, p.16).

1.3 O amor cortês

É curioso observar que, paralelamente à intensa repressão feminina vivida na época, surge a criação literária de romances, influenciados pela poesia lírica e cânticos do século XVII, criando um modelo do fino amor, chamado amor cortês. Duby e Perrot (1982), em sua obra *Historia das Mulheres no Ocidente*, esclarece esse modelo de amor, enfatizando que este era vivenciado pelos amantes como um jogo onde o prazer do homem estava na expectativa de sua satisfação com a mulher desejada, e não no ato em si. E a mulher, por sua vez, tinha o poder de decidir se entraria ou não na aventura amorosa, e caso decidisse que sim, deveria impor as etapas do envolvimento, mantendo seu amante na espera do momento de satisfazer-se, fazendo-o exacerbar seu desejo por ela. O prazer do homem estava não no ato da satisfação em si, mas no seu desejo.

Cabe ressaltar que o amor cortês, representado em forma de poemas em língua romântica, não refletia a vida real, era apenas uma forma de entreter homens de guerra e cavaleiros, os quais fantasiavam uma mulher idealizada. Esse fino amor não representava a realidade, a qual, por sua vez, era um tanto distinta, o homem permanecia no poder, em primeiro plano.

Dentro da corte, as mulheres eram separadas, por costumes, dos homens, e essa separação levava a uma comunicação completamente divergente entre o universo masculino e o feminino, e sendo assim, a mulher tornava-se algo misterioso, e os homens temiam não

saber como satisfazer esses seres encarados por eles como insaciáveis e perversos.

O amor cortês veio, segundo Duby e Perrot (1982), como forma de superar a inquietação vinda da complexidade que a sexualidade feminina era para o homem. Além de representar prova de extrema coragem, de proeza, por arriscar-se com uma mulher nobre e casada.

A forma como os homens mantinham suas relações de intimidade com suas esposas era de extrema brutalidade, pois agindo sem nenhum controle de seus impulsos sexuais, os homens geralmente forçavam relações sexuais com suas esposas, senão com camponesas, violando qualquer direito de decisão que elas poderiam ter em querer ou não satisfazer tais desejos masculinos. (Duby & Perrot, 1982, p.344).

Assim, o amor cortês contribuiu para o estabelecimento de um controle, levando o cavaleiro a conter seus impulsos sexuais ao ter de cortejar uma dama da alta sociedade para conquistá-la, ainda que, ao fim do jogo, a mulher retornasse para a condição santificada e submissa, a qual era colocada na época, sob controle do pai ou marido.

O fator mais importante relacionado a esse fino amor foi sua contribuição em promover a condição feminina. Aos poucos, as mulheres foram menos vigiadas por seus pais ou maridos. Escutando canções e romances sobre o amor cortês, os homens perceberam que a mulher não era apenas um corpo para satisfazer seus prazeres ou gerar descendentes, mas que era exigido de si inteligência, sensibilidade e outras virtudes para conquistá-la. (Duby & Perrot, 1982, p.350)

Cabe ressaltar que na história dos modelos amorosos, estes surgem primeiro na elite, e somente depois difundem para a classe trabalhadora. Ainda assim, este modelo de fino amor possibilitou que a mulher da Europa Feudal fosse vista de forma mais humana.

1.4 Razões para estabelecer um casamento

Em contexto onde o casamento somente era estabelecido diante interesses familiares, os aristocratas do séc. XVII não atavam laços conjugais por amor. Priorizavam-se as negociações com relação à linhagem familiar à união por vínculos afetivos. A família da classe dominante foi considerada, por Michel Foucault, como um sistemas de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Esta relação com o casamento, a qual muito assemelhava-se a um tipo de contrato, mantém-se até metade do século XX. A profissão e a fortuna eram os fatores mais importantes para decidir sobre uma união. (Foucault citado em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.37).

O casamento constituía um contrato duradouro, e este não podia ser rompido, a não ser por razões consideradas sérias:

A lei de 1884 admitia apenas o rompimento em casos de faltas graves cometidas por um dos membros do casal. O pedido de divórcio era feito em sua grande maioria, cerca de 80%, pelas mulheres, as quais apresentavam-se seriamente insatisfeitas com a conduta de seus maridos, os quais, muitas vezes alcoólatras, além de traí-las e espancá-las, não eram capazes de atender às necessidades do lar. (Áries & Duby, 1992, p.78).

Percebe-se que, para elas, as pressões materiais pesavam mais do que as frustrações sentimentais. Assim, exercer o papel de provedor financeiro era mais relevante do que o respeito e fidelidade na relação conjugal vivida.

1.5 As transformações nas dinâmicas familiares

Ao distanciar o foco das famílias da nobreza, pode-se ter uma visão da situação geral da sociedade até a época que precedeu a Revolução Industrial. As posições que os membros da relação conjugal ocupavam eram explícitas e padronizadas. Segundo Pinsky (2003), na Era Pré-Industrial, a produção doméstica caracterizava a economia familiar da grande

maioria das populações, ou seja, todos os membros da casa, inclusive as crianças, trabalhavam em atividades ligadas aos interesses econômicos da família.

Ocupadas com atividades produtivas, as mulheres pouco tempo tinham para cuidar das crianças, estas, por sua vez, deveriam iniciar suas atividades produtivas junto aos pais assim que seu desenvolvimento físico e cognitivo as permitisse. (Pinsky, 2003, p.270).

Sob uma perspectiva sócio-histórica é possível analisar o processo de transformação do sistema familiar que se deu a partir do século XVIII. De acordo com Pinsky (2003), o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento econômico surgido com o capitalismo comercial e, logo em seguida, com a industrialização, trouxeram grandes mudanças no padrão de vida das populações. O enriquecimento das nações junto ao crescimento das classes médias urbanas proporcionaram uma melhora no padrão de qualidade de vida de um elevado número de famílias, permitindo assim que milhares de mulheres usufrissem de um estilo de vida diferente ao de suas antepassadas. Uma maior estabilidade financeira permitiu-as deixar de trabalhar junto a seus maridos e ganhar mais tempo para ficar em casa, usufruir do lazer, participar de eventos sociais, cuidar de seus filhos, e até mesmo contratar empregados para realizar os serviços domésticos.

Iniciava-se então uma profunda mudança nos papéis dos membros familiares. Nesse contexto, o fato de uma esposa não trabalhar era indicativo de que seu marido obtinha sucesso em ser o provedor da família, sinalizando status. Dessa forma, a própria mulher, junto à sociedade, sustentava a situação de estar em casa enquanto o marido trabalha e provém a economia familiar.

Com a entrada no século XIX, a riqueza continua a crescer levando cada vez mais famílias a atingirem o padrão de classe média. Sendo assim, mais mulheres desligam-se de suas atividades produtivas em que auxiliavam na economia familiar e voltam-se

para o ambiente privado. (Pinsky, 2003, p.271).

O ideal tradicional das mulheres, segundo Pinsky (2003), como seres primordialmente voltados para o lar, encontrou condições de se tornar real para um número cada vez maior de mulheres, fazendo com que esse papel exercido por elas fosse sustentado e reforçado. Já o ideal tradicional masculino firmou-se com o membro racional da família, agressivo, corajoso, com capacidade suficiente para tomada de decisões, empreendedor, determinado, preparado para a vida pública, enquanto a mulher deveria internalizar uma postura passiva, sentimental, frágil, vulnerável, dependente do homem e dedicada ao lar.

Em uma época em que a sociedade vivenciava avanços democráticos diante novos códigos de leis e governos, a visão tradicional dos papéis feminino e masculino era fortalecida, e deixava explícito o padrão de pensamento e comportamento seguido pela sociedade diante as diferenças de tais papéis.

2. Os papéis do homem e da mulher

2.1. As representações sociais

Ao pensar em papéis sociais é necessária uma análise sobre representações sociais. Várias áreas tentam definir o conceito de representação social, visto que, de uns anos para cá, esta teoria esteve presente cada vez mais em trabalhos dos mais diversos assuntos.

Para Arruda (2002), as representações sociais ganham mais atenção e credibilidade a partir dos anos 80, em consequência do despertar do interesse pelos fenômenos de domínio simbólico voltado para a consciência e o imaginário, surgido na década de 60.

Foi através da Psicologia Social que a Representação Social ganha espaço para uma teorização, onde esta foi desenvolvida primeiramente por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Assim, abordando as representações sociais através de seu objeto de estudo – a relação indivíduo-sociedade -, a Psicologia Social trás a reflexão sobre como o sujeito social constrói seu conhecimento a partir da sua inserção na sociedade, e como a sociedade também se constrói a partir das influências recebidas do sujeito social (Arruda, 2002, p.128).

Dessa forma, percebe-se a relação dialética existente entre o indivíduo e o meio social o qual ele se insere, onde um influencia na construção da realidade do outro. Esta realidade está em uma constante reconstrução, pois ao passo que indivíduos contribuem para a sociedade com novas formas de pensamento, uma nova realidade é também construída, repleta de novos valores, leis e morais, os quais influenciam outros indivíduos.

A Teoria das Representações Sociais operacionaliza um conceito para trabalhar com a dinâmica e diversidade do pensamento social. De acordo com Esher (1999), Durkheim (1858-1917) contribuiu para a construção da teoria de Moscovici sobre a reflexão do

conceito de representações coletivas.

A vida representativa não está repartida de maneira definida entre os diversos elementos nervosos, pois ela é formada pela reunião e colaboração de vários desses elementos. O mesmo acontece com a vida coletiva, que existe no todo formado pela reunião de indivíduos. (Durkheim, citado em Esher, 1990, p.24).

A conceituação de Durkheim permitiu a Moscovici criticá-la, aproveitando de sua idéia principal para amadurece-la. Segundo Esher (1999), Moscovici critica Durkheim ao afirmar que o agrupamento das partes que formam o todo não se dá de uma forma repentina, mas que surgem novos fenômenos que não são fruto direto da associação dos elementos, existindo uma série de fatores intermediários para que o agrupamento aconteça. Assim, sentimentos privados são unificados e transformados e, nesta associação, a síntese é a obra do todo. A resultante ultrapassa o indivíduo e o todo ultrapassa a parte. Assim, a representação coletiva não pode ser reduzida a um conjunto de representações individuais.

As representações sociais são uma das formas de apreensão do mundo concreto, ela motiva e facilita a transposição de conceitos e teorias para o plano do saber. É possível perceber, através dessas representações, uma reflexão coletiva e diversificada. (Arruda, 2002, p.133).

As representações sociais nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (Jodelet, 2001. p. 17).

Jodelet (2001) corresponde a uma grande contribuinte para o aprofundamento das análises a cerca das representações sociais. Para Jodelet, as representações sociais apóiam-se em valores variáveis, dependendo dos grupos sociais dos quais tiram suas significações, e também baseiam-se em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular.

Estes saberes são considerados processos centrais na elaboração representativa. As representações estão ligadas tanto a um sistema de pensamentos mais amplos, ideológicos e culturais, a um estado de conhecimentos científicos, como também à condição social e à esfera privada e afetiva dos indivíduos.

Sabe-se que, com relação as representações sociais, o saber do senso comum é um objeto de estudo de legitimidade tão presente quanto o saber científico. Uma caracterização de representação social afirma:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (Jodelet, 2001. p.22).

Toda a representação se origina em um sujeito - individual e coletivo - e se refere a um objeto. (Arruda, 2002, pg.141). Jodelet (citada em Arruda, 2007, p.142) sintetiza a idéia ao afirmar que toda a representação se refere a um objeto e tem um conteúdo. Para a autora, existem três grandes fatores a serem levados em conta como condição de produção das representações: a cultura, tomada no sentido amplo e mais restrito, a comunicação e a linguagem – intra-grupo, entre grupos e de massa – e a inserção institucional, socioeconômica, educacional e ideológica. (Jodelet citada em Arruda, 2007. p.142).

2.2 O conceito de gênero

“Embora sejam de sexos diferentes,
Em conjunto são os mesmos de nós,
Pois os que estudaram com mais afinco
Sabem que as mulheres são homens virados para dentro.”

(Aristóteles citado em Laqueur, 2001, pg.16)

O trecho de Aristóteles citado acima expressa a visão que a sociedade da época, há séculos atrás, tinha dos sexos masculino e feminino. Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, entretanto, a genitália nas mulheres ficava para dentro do corpo, e não para fora.

Galeno, que no século II d.C desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital, ou de perfeição, resultara na retenção interna das estruturas que nos homens são visíveis na parte externa. (Laqueur 2001, pg.16)

Por volta do século XIX, alguns pensadores como Michel Foucault, Ivan Illich e Lawrence Stone concordam sobre a mudança da natureza sexual humana. Todos baseavam-se nas diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre o homem e a mulher, e suas distinções biologicamente constatáveis.

Em 1803, Jacques-Louis Moreau (citado em Laqueur, 2001) um dos fundadores da “antropologia moral”, argumentou contra a bobagem escrita por Aristóteles, Galeno e seus seguidores modernos sobre o assunto das mulheres com relação aos homens. Para ele, não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo o aspecto concebível do corpo e da alma, em todo o aspecto físico e moral (Moreau citado em Laqueur, 2001, pg.18).

Essas formulações sugerem uma mudança no significado da diferença sexual. Ainda no século XVIII, a visão dominante, embora não universal, era a de haver dois sexos opostos biologicamente, e que a vida política, social, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, seriam baseados nessa diferença.

Gênero tem sido, então, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Inicialmente utilizado pelas feministas americanas na década de 70, quando surgiu a segunda onda do feminismo, o termo gênero foi muito trabalhado por Joan Scott (1993), uma das

mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.

A definição de gênero possui duas principais partes, e algumas outras sub-partes. A primeira parte: “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos”, e a segunda parte: “o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder” (Scott, 1993, p.14).

Inspirada pelas reflexões de dois importantes filósofos, Foucault e Derrida, Joan Scott (1993) traz em seus estudos o gênero não apenas como a única articulação de poder, mas a primeira instância dentro da qual poder se articula.

A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos, o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Assim, o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, proporcionando-os um caráter fundamentalmente social (Scott, citada em Arruda, 1995, p. 05).

Ao ser inserido em uma das categorias das representações sociais, o termo gênero, ao lado das categorias de classe e raça, assinalava o interesse em uma história voltada para os oprimidos, numa análise do sentido e da natureza desta opressão. Assim, nos anos 80, a historiografia das mulheres rompeu definitivamente com a política junto ao surgimento do termo gênero, aparentemente neutro, ou seja, sem qualquer intenção ideológica. (Torrão Filho, 2005. p.130)

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. (Scott, citado em Torrão Filho, 2005. p.130).

Percebe-se que o estudo dos gêneros estava, inicialmente, focado na história das

mulheres, e essa história passou a ser entendida, muitas vezes, como um assunto de mulheres, mas especificamente de feministas, ou como uma história relacionada aos aspectos da vida privada, da casa, da família, do sexo e da reprodução, em oposição ao que realmente importaria à história, como foi dito anteriormente, o domínio público da existência. As transações ocorridas fora do ambiente familiar, como a política, a guerra, a economia, entre outros nobres temas da história, não teriam qualquer relação com as questões de gênero. Este foi usualmente utilizado como sinônimo de mulheres, e em muitos estudos houve a substituição de mulher por gênero.

A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas resultou em sua invisibilidade como sujeito, inclusive como sujeito da Ciência. (Louro, 1997. p.17). Essa invisibilidade, a qual foi produzida a partir dos múltiplos discursos que caracterizavam a esfera da vida privada, do mundo doméstico, como o universo pertencente à mulher, já vinha sendo gradativamente rompido, por algumas mulheres. (Louro, 1997. p.18).

Desde então, a discussão sobre gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do masculino e do feminino, aprisionando homens e mulheres em limites culturalmente formulados (Torrão Filho, 2005).

É possível analisar que o termo gênero está direcionado à questão de diferenças pretensiosamente naturais, onde os indivíduos deveriam simplesmente aceitar e internalizar padrões consolidados antes mesmo de qualquer atividade de comparações reais, mas sim diante de representações sócio-culturais.

O sentido do conceito homem ou mulher deve ser entendido como palavra que não traz consigo uma característica específica, mas “a elaboração de uma complexa rede de características” (Nicholson, 2000. p.35).

O gênero sustenta as construídas distinções entre os sexos, dando-lhes um significado. Ele “transforma seres biologicamente ‘machos e fêmeas’ em homens e mulheres, seres sociais.” (Amussen, citada em Torrão Filho, 2005. p.138).

É possível citar inúmeros autores que trabalham a definição do termo gênero, entretanto certa inquietação surge desses conceitos, visto que a classificação do gênero comporta sempre uma hierarquia, ou seja, ao analisar as diferenças de gênero, percebe-se que estas diferenças constituem uma hierarquização onde o masculino se impõe como superior ao feminino.

A associação de características como prestígio, poder, atitude, determinação e sucesso profissional como expressão do lado masculino no sujeito, assim como a identificação de necessidades afetivas como expressão do lado feminino é trabalhada por alguns autores. Para Nolasco (1993), alguns comportamentos são definidos pela cultura como pertencentes a um ou outro sexo, aos quais, até alguns anos atrás, o homem e a mulher deveriam recalcar para serem reconhecidos como homem e mulher.

Percebe-se que o entendimento à cerca do conceito de gênero e suas características, para Nolasco (1993), mostra que a sociedade ainda percebe o homem e a mulher sob uma visão estereotipada de representação social, culturalmente construída há tempos atrás. Ainda que sua reflexão tenha sido feita há pouco mais de uma década, é possível verificar, atualmente, um grande salto na percepção das representações sociais, onde este permite também um novo entendimento com relação a gênero.

O argumento de que homens e mulheres são seres biologicamente distintos e que a relação entre ambos ocorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por

uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social. (Louro, 1997. p.21).

É preciso demonstrar que não são as características sexuais em si, mas a maneira a qual essas características são representadas. É através das idéias e valores que se têm sobre elas que surgem representações sociais do masculino e do feminino, variando, de acordo com o tempo e sociedade o qual estão inseridos.

As representações sociais envolvem os indivíduos com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente elaborados e introjetados, ou transmitidos pela comunicação social. (Jodelet, 2001. p. 22).

As representações sociais são abordadas como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade. Isto quer dizer que nos interessamos por uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte – os processos – e constituído – os produtos ou conteúdos. Modalidade de pensamento cuja especificidade vem de seu caráter social. (Jodelet, 2001. p. 22).

Tendo visto em Jodelet (2001), que as representações sociais apóiam-se principalmente em valores variáveis de saberes anteriores, os quais permanecem em situações sociais particulares, pode-se perceber a possibilidade de desconstruir cada vez mais essas representações de papéis de gênero na percepção da sociedade através de uma mudança na percepção do sujeito hoje. Ou seja, a atitude individual refletirá, por conseqüência, na mudança de representação social em toda uma sociedade.

Ao trazer a reflexão de Scott (1993) exposta neste trabalho anteriormente, a qual direciona o foco do conceito de gênero para o caráter “fundamentalmente social”, percebe-se que tal reflexão faz todo o sentido, visto que não há intenção de negar a biologia dos corpos

feminino e masculino, mas sim enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (Louro, 1997. p.23)

Assim, associar características existentes em potencial em todo ser humano, como o prestígio, o sucesso, a atitude, coragem, entre milhares de outros, a aspectos masculinos, tal como necessidades afetivas a aspectos femininos, é uma forma de representação social que está em atual processo de ressignificação.

2.3 Momento Atual

Para tratar de momento atual é necessário um breve esclarecimento sobre a pós-modernidade, ou contemporaneidade. Mais do que um período histórico, a pós-modernidade caracteriza-se por uma ruptura com a visão moderna de mundo e de homem, uma resposta cultural ao capitalismo tardio, ou às novas formas de dominação nas quais a própria cultura se torna mercadoria de consumo. (Jameson citado em Neto & Férez-Carneiro, 2005, p.135)

Para Neto e Férez-Carneiro (2005), a pós-modernidade é envolvida por novas práticas, sociais e mentais, e através de novos padrões de organização e produção econômica, geram novas formas de subjetividade.

Desse modo, se a modernidade foi marcada por suas hierarquias, centrada em poderes, regras e fronteiras, a sociedade pós moderna apresenta-se, de acordo com Bauman (2001), de forma fluida, líquida, em decorrência da descentralização de poderes, de organizações em redes e ausência de barreiras.

O que se observa hoje é uma certa liberdade aos gêneros, a verdadeira emancipação do sujeito, ou seja, pode-se entender que atualmente existe uma maior liberação de aspectos, antes considerados ‘masculinos’, nas atitudes e valores das mulheres, como o trabalho, produções científicas, competição e esportes; e alguns, antes considerados ‘femininos’ no comportamento e valores do homem, como o afeto, a paternidade responsável, vaidade estética, cuidados da casa, e até um maior interesse pela gastronomia.

Desse modo, esta é uma visão geral, e no caso dos homens, tais transformações encaixam-se melhor dentro de uma sociedade de classe média mais intelectualizada, que vive em centros urbanos, pois, a cultura de grupos que residem no interior do país ainda conserva uma visão mais tradicional de gênero masculino e feminino, ou seja, patriarcal, como foi descrita no primeiro capítulo deste trabalho.

Para repensar o gênero masculino é preciso levar em conta as maneiras de dominação e de controle do masculino, que não são menores do que as que se exercem sobre o feminino. Assim, se na construção do macho nordestino, a submissão feminina e o controle sobre a mulher têm a sua importância, o controle exercido sobre o comportamento dos homens também não é menor. Ou seja, se um indivíduo apresentar um comportamento afeminado, expressar cuidados com a beleza, ou usar roupas que não estão de acordo com os trajes de um ‘macho’, será um sujeito que fere os códigos de conduta que regula a masculinidade aceita e reconhecida, sendo possivelmente vítima de rotulação e preconceito pelos demais da comunidade. (Torrão Filho, 2005, p.142).

Ao refletir sobre o masculino e o feminino nos dias de hoje é possível perceber que, apesar de toda a emancipação, ainda nota-se sinais de repressão dos aspectos socialmente relacionados a um sexo no sexo oposto. Para Scott (1990), o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade do homem, em contrapartida, a expressão contínua de aspectos

masculinos na mulher é interdita, ainda há os que acreditam que a mulher “masculinizada” corrompe sua ordem e natureza.

E mesmo diante desta rígida visão de feminino e masculino que ainda reside nos pensamentos de parte da sociedade, a liberação dos aspectos antes socialmente reprimidos está ocupando cada vez mais espaço nos grupos sociais, influenciando indivíduos, os quais interagem com a sociedade e, junto à ela, influenciam na construção de novas percepções de ser humano, de uma nova realidade.

As investigações de ciências como a antropologia, sociologia e história indicam que as atividades femininas têm se desenvolvido ao longo da história em espaços públicos, como por exemplo, nas ruas, produzindo mobilizações, intermediações, e mesmo considerando as relações de poder ainda existentes nas relações entre homens e mulheres, criam uma postura ativa na política, que interferem em discussões sociais mais amplas (Brito, 2001, pg.292).

Ao analisar o processo de transformação das mulheres e seu reflexo na sociedade, cabe pensar sobre a posição dos homens em decorrência destas mudanças nos papéis femininos. Imaginar que eles permanecem intocados por essas transformações seria ilusório. Em parte, os homens podem ser considerados retardatários nas transições que estão ocorrendo atualmente.

Pelo menos na cultura ocidental, este é o primeiro período em que os homens estão descobrindo que eles possuem uma “masculinidade” problemática. Em épocas anteriores os homens assumiram que suas atividades constituíam a história, enquanto as mulheres existiam quase atemporalmente, fazendo a mesma coisa que sempre fizeram. (Giddens, 1992, p.67).

Os homens, assim como as mulheres, estão sim passando por um período de crise. Eles, depois de séculos de socialização machista e patriarcal, percebem-se em um momento em que devem realizar uma ‘reforma íntima’.

A crise do masculino hoje reside exatamente na dificuldade que o homem tem de integrar em si o feminino, recalcado por milênios. Seguramente nessa tarefa de auto-regeneração ele não pode ser deixado sozinho; não conseguiria dar o salto de qualidade por si. Daí ser importante a presença da mulher ao seu lado. Ela poderá evocar nos homens aspectos do feminino escondido sob cinzas seculares. Ela poderá ser co-parteira de uma nova relação humanizadora. (Muraro & Boff, 2002. p.281).

A citação acima traz a idéia da interação mútua entre o homem e a mulher, a cooperação igualitária entre eles. O homem deve desconstruir o significado de aspectos femininos, e expandir o conceito de feminino com um princípio, descobrindo essa dimensão dentro de si.

As mulheres, por sua vez, também devem estar abertas para a desconstrução do estereotipado significado dos aspectos considerados masculinos, para perceberem parte integrante de si mesmas.

3. O impacto dos novos papéis de gênero na relação conjugal atual

3.1 O amor e a sexualidade

Ao fazer uma breve retrospectiva sobre a sexualidade nas relações conjugais, percebe-se que na Europa pré-moderna a maior parte dos casamentos eram realizados sobre o alicerce da situação econômica, dos interesses sociais e familiares, e não pela atração sexual mútua, conforme visto no primeiro capítulo deste estudo.

As mudanças conjugais contemporâneas expressam a passagem de uma mudança institucional antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal. O processo multiseular da entrada do afeto nas relações conjugais/familiares fez surgir, por exemplo, o ideal e a prática do casamento por amor, que se tornaram dominantes no século XX. (Áries citado em Bozon, 2003, p. 133-134).

O casamento por amor implica fundamentalmente na não-dependência das negociações e interesses familiares, e sim na escolha pessoal dos cônjuges. Além disso, o amor é a única razão para estabelecer-se a união conjugal.

Giddens (1992) discute o conceito de sexualidade plástica para basear o amor romântico, vivenciado pela burguesia, o qual trás a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base qualidades existentes dentro do próprio vínculo. O complexo de idéias associadas ao amor romântico pela primeira vez vinculou o amor com a liberdade, ambos sendo considerados como estados normativamente desejáveis. Assim, os ideais desse amor estavam diretamente relacionados à liberdade e à auto-realização.

Assim, a sexualidade plástica é descentralizada, livre das necessidades de reprodução. Origina-se no final do século XVIII, limitada à rigorosa dimensão de família, mas surge com mais força a partir da contracepção moderna e novas tecnologias reprodutivas. (Guiddens,

1992, p.09). É importante perceber que essa sexualidade plástica torna-se um traço de personalidade do indivíduo, diretamente ligado ao eu.

A emergência do que eu chamo de sexualidade plástica é crucial para a emancipação implícita no relacionamento puro, assim como para a reivindicação da mulher ao prazer sexual. (Guiddens, 1992, p.10).

A relação de dependência que ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que dava direito à atividade sexual passou-se ao intercâmbio sexual como motor interno da conjugalidade. (Bozon, 2003, p.134). Assim, a sexualidade passa a ser uma experiência vivenciada, entre o homem e a mulher, indispensável à existência e manutenção da união conjugal. “A dicotomia que se ergue agora não é casamento por interesse versus amor, mas sim casamento por amor versus prazer.” (Fonseca citada em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.79).

Bauman (2004), em sua obra “Amor Líquido: A fragilidade dos laços humanos” descreve exatamente o atual conflito vivenciado por homens e mulheres, os quais anseiam pelo convívio, pelo laço com o outro, ao mesmo tempo que temem que tais laços possam comprometer sua liberdade, sua individualidade.

Atualmente, vive-se uma constante busca de auto-realização. Luta-se pelo direito de desenvolver uma individualidade, de descobrir-se insubstituível e único. As pessoas tentam estabelecer uma ligação entre esta ideologia individualista e suas experiências amorosas, gerando assim, relações direcionadas a promover o enriquecimento da experiência individual, e não da relação conjugal. Com isso, a busca pelo prazer sexual – e também extraconjugal – marca um momento em que indivíduos vivenciam uma certa liberdade em explorar sua sexualidade.

As modificações nas condições de existência das mulheres nas últimas décadas, em particular o considerável desenvolvimento de uma contracepção eficaz e controlada por elas,

a elevação maciça de seu nível de instrução e a progressiva generalização do trabalho assalariado entre as mulheres de 25 a 49 anos, aumentaram fortemente sua autonomia social em relação aos homens. (Bozon, 2003, p.134)

Sabe-se que a liberdade sexual está intimamente relacionada ao poder. Dessa forma, a mulher contemporânea, com base em novas redes de poder, impõe-se na sociedade em diversas áreas, inclusive na sexual, revelando sua capacidade e desejo pelo prazer sexual.

Quando Homero pergunta a Tirésias, na *Ilíada*, qual era o maior prazer, o do homem ou o da mulher, este, que havia sido mulher antes de ser homem respondeu: “O prazer tem dez partes: nove são da mulher e uma é do homem.”(Laqueur, 2001, p.166).

A capacidade fisiológica feminina de sentir prazer é tamanha que muito assustou e ainda assusta os homens. Não espanta que na cultura patriarcal os homens tenham um medo terrível do feminino. Pela primeira vez as mulheres são capazes de buscar o prazer sexual como componente básico de suas vidas e de seus relacionamentos.

Tendo como base relações conjugais heterossexuais é possível observar a existência de divergências entre o erotismo que envolve o universo masculino e feminino.

O erotismo masculino é ativado pelas formas do corpo, pela beleza física, pelo fascínio, pela capacidade de sedução. Assim, estar com uma esposa que o atrai fisicamente, ou simplesmente a pornografia ilustrada satisfaz boa parte do erotismo do marido, masculino, o qual está relacionado com imagens visuais que o excita.

Em contrapartida, o erotismo feminino envolve ternura, doçura, galanteios, sentir-se amada, desejada. Preenche-se de estímulos sensoriais, como cheiros, paladares e sussurros. Não é à toa que encontra-se, hoje em dia, uma grande variedade de produtos em “sex-shops” com diversos sabores e cheiros para serem utilizados durante as relações sexuais dos casais.

Essas diferenças de erotismo masculino e feminino não demonstraram mudanças com o passar das gerações, ou seja, parecem ser inerentes ao homem e à mulher, independente do

tempo em que se encontram. Entretanto, a idéia de que a transformação pode ocorrer não pode ser desprezada.

Certamente as diferenças entre homens e mulheres são o sedimento de milênios de história e de opressão. Faz apenas algumas décadas em que o relacionamento entre os dois sexos começou a mudar. O que hoje nos parece natural e perene um dia não existirá mais. Estudando o erotismo não descrevemos um estado, mas um processo. (Alberoni, 1986, p.10).

Os cônjuges vivenciam o erotismo como base de sua intimidade. Este erotismo é o resultado da descoberta do outro, do jogo da troca de papéis, por meio do qual cada um penetra nas fantasias eróticas do outro, cedendo-lhe as suas. (Alberoni, 1986, pg.11).

Dá-se aí a importância em ter o conhecimento sobre o que é erótico para cada um dos sexos, em sua forma mais peculiar. Interessar-se sobre o universo do outro favorece a compreensão mútua, levando a uma maior satisfação na vida conjugal.

É possível observar que os casais contemporâneos têm demonstrado maior curiosidade e desejo em vivenciar o erotismo dentro do casamento. Guiddens (1992), em sua análise sociológica sobre o amor confluyente, discute essa nova forma de relacionamento como uma maior aproximação da realidade atual, ou seja, a igualdade nas trocas afetivas e envolvimento emocional dentro da relação do casal. O erotismo é introduzido no relacionamento conjugal, e, de acordo com Araújo (2002), transforma a reciprocidade do prazer sexual como elemento fundamental para permanecer ou dissolver o relacionamento.

Uma última categoria de relação que também expressa base de grande parte das relações conjugais atuais é o que Guiddens (1992) chama de relacionamento puro. Este tem como fator de muita importância a confiança e o compromisso mútuo, e o sincero sentimento de durabilidade indefinida do relacionamento, onde a duração deste dependerá do nível de satisfação na relação por parte dos parceiros.

No contexto brasileiro, principalmente entre os segmentos médios urbanos mais intelectualizados, o casamento tradicional regido pela dominação masculina vem dando lugar à outra forma de casamento, onde a mulher reivindica igualdade e há uma constante negociação no relacionamento (...). Nesse tipo de casamento, a intimidade tende a reestruturar-se com base em novos valores, entre os quais a amizade e o companheirismo se colocam como fundamentais.”. (Araújo, 2002, parag.6).

Percebe-se que o relacionamento puro inserido nas relações conjugais pode ser um elemento motivador para o elevado número de divórcios, onde estes expressam a concretização da insatisfação no relacionamento, abrindo possibilidades para uma nova vivência amorosa, e, talvez conjugal.

Ao comparar o relacionamento puro, de Guiddens (1992), e o amor-paixão, de Ariés (1987), percebe-se a profunda ligação entre os dois conceitos, sob o ponto de vista da imprevisibilidade da duração dos relacionamentos, e das motivações que levam os parceiros a estabelecer uma relação conjugal hoje. A tendência dessas relações acabarem com o tempo pode ser considerada o grande desafio que os casais contemporâneos enfrentam hoje, levando-os a ressignificar suas expectativas e idealizações sobre o casamento.

3.2 O homem e a mulher como provedores financeiros

Recapitulando o momento em que o desenvolvimento da sociedade capitalista levou a uma redefinição das relações entre as classes e também dos gêneros, Vaistman (1994) traz a concepção de família produtiva como aquela que exerce atividades na esfera do trabalho remunerado.

E logo, em diferentes partes do mundo moderno, o discurso médico do século XIX veio atribuir com um fundamento “científico” à razão do Estado patriarcal, definindo as naturezas feminina e masculina não somente como diferentes, mas sobretudo como desiguais, a partir de seus papéis nos mundos público e privado. (Vaistman, 1994, p.30).

Neste momento o universo feminino passou a ser considerado aquele vivido no espaço privado, dentro de casa, surgindo toda uma cultura de construção familiar, enquanto que o mundo público, da rua constituía o universo considerado masculino.

A família passa a centrar-se na criação de seus filhos, na concepção de amor moderno e materno, na mulher rainha do lar, e no pai provedor financeiro, dominaria, então, senão as práticas, pelo menos a concepção burguesa de família a partir do século XVIII na Europa. (Áries citado em Vaistman, 1994, p.31).

O trabalho das mulheres passa a ser o da reprodução, e a elas cabe a execução e supervisão de uma série de atividades conhecidas como “trabalho doméstico”, e que se realizam no âmbito do ambiente familiar. (Coutinho, 2000, p.03)

Assim, o trabalho estruturou-se no Brasil dentro de uma lógica familiar onde, segundo a antropóloga Sarti, citada em Ribeiro e Ribeiro (1995), este sentido de trabalho para os outros, inclui-se a família, contribui para a valorização do trabalho doméstico para a mulher e lhe dá o sentido necessário para a sua identificação com essa atividade, como contrapartida da atividade masculina de provedor.

A realidade atual difere-se um tanto da descrição acima. Conforme visto na história da inserção da mulher no espaço público, ocorrido sob forte influencia dos movimentos feministas da década de 1960, e sua entrada para o mercado de trabalho, especificamente a de classe média – pois mulheres de classes populares sempre tiveram de trabalhar para garantir

sua sobrevivência – a mulher passou a ser reconhecida como cidadã trabalhadora, com uma carreira profissional.

Além disso, o desejo de desenvolver uma carreira junto à necessidade em elevar o valor da renda familiar têm levado a mulher a se introduzir no mercado de trabalho, conferindo-lhe importante papel no provimento financeiro da família, não sendo raros os casos em que é a única provedora. (Boarini, 2003, p.02).

A importância desse tema surge devido ao crescimento, nos últimos anos, do número de lares brasileiros em que o trabalho feminino passa a representar a principal fonte de sustento econômico da família. De acordo com pesquisas regionais investigadas pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) (2001) (IBGE, citado em Fleck & Wagner, 2003, p.32), em Porto Alegre 25% das famílias de média caracterizavam essa realidade no ano de 2000, e que esse percentual cresceu para 33% em 2001. No Brasil, 27,5% dos lares têm na mulher o provedor financeiro familiar (IBGE, citado em Fleck & Wagner, 2003, p.32).

É importante observar que alguns fatores, como o aumento da maternidade solteira e de mulheres chefes de família, em especial nas camadas populares, introduzem uma reflexão sobre a dinâmica das relações familiares e sobre o deslocamento de padrões hierárquicos nas relações de gênero. Não necessariamente as famílias chefiadas por mulheres superam as assimetrias de gênero. (Barsted citada em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.153).

Percebe-se assim que, em alguns casos, mulheres que assumem o papel de provedor da família, não dependendo de homens para seu sustento e de seus filhos, ainda assim, continuam a representar esses homens como “chefes”. Entretanto, o fato de a mulher ter, atualmente, a oportunidade de participação no mercado de trabalho não indica necessariamente igualdade salarial entre ela e o cônjuge.

A participação feminina no mercado de trabalho formal brasileiro aumentou substancialmente. Apesar disso, persistem diferenças importantes de remuneração e de acesso entre homens e mulheres. (Ambrozio, 2006, p.02)

Até pouco tempo atrás, a mulher ocupava, em sua maioria, cargos informais, como serviços pessoais, serviços domésticos, distribuição de alimentos, vestuário e indústrias de confecções, e isso justificava, para muitos, a impossibilidade de equidade na remuneração entre homens e mulheres. Segundo Levinas (1997), a atual ocupação feminina a cargos antes ocupados somente pelos homens está cada vez maior com relação à presença masculina em determinados postos. “Mas a mais ampla e diversificada mixidade no mercado de trabalho estaria se fazendo com base em uma grande redução de salários.” (Levina, 1997, p.5).

É possível observar que, nos dias de hoje, ambos os cônjuges promovem o sustento familiar, e é possível encontrar sim muitas mulheres com alta remuneração salarial. Entretanto, os homens encontram melhores salários em maiores proporções que as mulheres, em termos gerais.

Ao analisar o interesse e participação de ambos os membros do casal na renda familiar, pode-se verificar uma possível expressão da individualidade dentro da relação conjugal, onde a independência financeira é uma situação que está cada vez mais presente na vida do casal moderno.

A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. (Férez-Carneiro, 1998, p.05).

Assim, numa sociedade onde o valor de referência é derivado do “eu”, a família é importante, na medida em que ajuda cada um a constituir-se como indivíduo autônomo. (Singly citada em Férez-Carneiro, 1998, p.06).

O individualismo expressa-se de diversas formas dentro da relação conjugal atual. Ele está presente na autonomia dos membros do casal para sustentarem seu próprio crescimento e desenvolvimento, evitando assim, a dependência financeira. Pode-se encontrá-lo no amor confluyente de Giddens (1992), na emancipação do prazer sexual da mulher, e ainda, explicitamente presente no amor líquido de Bauman (2004).

A fragilidade dos vínculos humanos contemporâneos, os sentimentos de insegurança que ela traz e os desejos conflitantes de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos, trazem para esse mundo de intensa individualização, relacionamentos que talvez sejam os representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos da ambivalência. (Bauman, 1994, p.08).

Dessa forma, estabelecer ligações de dependência financeira com o cônjuge pode ser considerado uma possibilidade a ser eliminada nas relações conjugais modernas. Tais ligações somente põem em risco a tão estimada individualidade, pois o que se percebe nas relações, quando há um único provedor, é que este, salvo algumas exceções, assume o papel de dominador, acredita deter o poder sobre o cônjuge, sobre as atividades diárias do mesmo, tomando a maioria das decisões, violando o espaço do outro.

Ao analisar a participação conjunta, tanto do homem quanto da mulher, na formação da renda familiar, faz-se necessária uma reflexão sobre o impacto desta nova realidade na relação com os filhos.

3.3 O impacto na relação com os filhos

“O ingresso, em elevada escala, da mulher no mercado de trabalho aponta para evidências que de que os modelos de conciliação entre trabalho remunerado e vida

familiar, baseados na clássica dupla “homem provedor” e “mulher cuidadora” têm alterado sua direção rumo a um modelo dual, no qual as mulheres permanecem como as principais “cuidadoras”, mas o trânsito entre o espaço doméstico e público se constitui um dado contemporâneo.” (Araújo & Scalon, 2006, p.05).

O fato é que a mulher que também exerce papel de provedora passa parte do seu dia fora de casa, o que por sua vez, promove o afastamento precoce dos filhos do convívio familiar.

Segundo Boarini (2003), o processo de socialização dos filhos está cada vez mais terceirizado, ou seja, na maior parte do seu tempo, eles estão em creches, escolas, natação, inglês, informática. Tudo para manterem-se distraídos e em atividade enquanto os pais estão fora, trabalhando.

Por passarem, muitas vezes, mais tempo em contato com a escola do que com a família, os filhos vivenciam boa parte de seu desenvolvimento sob o olhar da escola, fazendo-a, portanto, parte da vida cotidiana das famílias contemporâneas.

Sob novos pontos de vista, é possível observar que a “liberação da mulher” não parece ser a única razão para os filhos serem educados e criados em creches e escolas. Justificativas centradas nas necessidades infantis também sustentam a participação de instituições escolares no dia-a-dia da família contemporânea.

Modificações importantes em torno da pequena infância, no que diz respeito as novas competências da criança, justificaria, em parte, sua presença em escolas maternas e creches. Assim, essa educação extra-familiar do filho pequeno permite-lhe experiências diversas e favoráveis a seu desenvolvimento psicológico, graças ao aporte de um ambiente educativo especialmente previsto para este fim. Portanto, a demanda por serviços de educação infantil não se restringe às famílias cujas mães trabalham fora. (Chamborderon & Prevot citados em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.170).

Ao refletir sobre esse ponto de vista percebe-se certa relação desta justificativa e famílias modernas. Sem irmãos e residentes em pequenos apartamentos, as crianças necessitariam de novos espaços para desenvolver suas relações sociais, as quais são oferecidas por creches, maternais e jardins-de-infância. Mas a mãe trabalhadora ainda é, para a sociedade, a responsável pelo distanciamento dos filhos dentro do ambiente doméstico.

Entretanto, algumas faltas com o ideal de criação dos filhos pela mulher são evidentes para além de sua participação no mercado de trabalho. As reivindicações dos movimentos feministas, nos anos 60 e 70, questionaram o exercício da maternidade como o único destino feminino. Dessa forma, a luta pela legalização do aborto, a busca pela realização individual fora do lar, o chamamento do homem para o exercício da paternidade são sinais importantes da construção de um novo papel de mulher adulta, em que “o filho não é só da mulher, como a mulher não é só do filho”. (Rosemberg citada em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.169). Esta chamada para a paternidade como consequência das novas construções sociais traz para a relação conjugal moderna uma nova concepção na relação com os filhos.

Como na vida familiar a divisão entre o que compete ao homem e à mulher é transmitida como um valor culturalmente determinado e aceito, para que os homens experienciem a maternidade com maior proximidade, e não apenas de forma participativa, é preciso que homens e mulheres repensem seus atributos sociais em meio à complexidade dessa vivência, reconhecendo que a paternidade constitui uma oportunidade de homens ampliarem suas dimensões internas e renovarem sua relação com a vida. (Chodorow citado em Freitas, Coelho & Silva, 2007, p.138).

Repensar esses atributos é ressignificar os antigos padrões de comportamento e atitude culturalmente impostos ao homem e à mulher sobre a relação com os filhos. Pois a maternidade é tradicionalmente relacionada ao cuidar e as relações afetivas com os filhos,

enquanto que à paternidade cabe o papel de provedor material, onde o bom pai é aquele que não deixa faltar alimento e dá lições de vida aos filhos.

Esses comportamentos, segundo Freitas, Coelho e Silva (2007), frutos de estereótipos de gênero, desvalorizam a participação do homem na relação afetiva com seus filhos. O que se observa hoje é um crescente desapego desses estereótipos, onde o homem busca não só prover as necessidades básicas e morais dos filhos, mas o vínculo afetivo com os mesmos. Da mesma forma, a mulher procura conciliar o cuidado com os filhos com sua participação na renda familiar.

Mas no momento em que os pais regressam ao lar, após a jornada de trabalho diária, cabe, geralmente, à mãe a tarefa de cuidar dos filhos. Assim, as possibilidades de satisfação das mulheres, além de sua realização “externa”, no mercado de trabalho, também são mensuradas por suas condições “internas”, relacionadas à família.

Um dos aspectos mais evidentes quando se analisam as relações entre família e espaço público é o de que o “doméstico” permanece como o principal elemento de mediação da vida das mulheres, mesmo que isso ocorra de forma involuntária. (Araújo & Scalon, 2006, p.06).

Em contrapartida, de acordo com Freitas, Coelho e Silva (2007), para o homem, a primeira responsabilidade social é como provedor financeiro da família, o que significa que ser pai não é só ter filhos, mas conseguir mantê-los. Com isso o trabalho remunerado é referência fundamental para o exercício de paternidade, e sua contribuição emocional, ainda que mais presente na família contemporânea, geralmente não é vista como de igual importância.

O importante é estar verdadeiramente motivado a desconstruir esse modelo pré-determinado socialmente, para reelaborar o significado da paternidade, em uma profunda reforma íntima. Essa ressignificação tem ganhado espaço na percepção de muitos homens

dentro de relações conjugais contemporâneas. Em sua pesquisa qualitativa sobre o exercício da paternidade, Freitas, Coelho e Silva (2007) trazem o presente discurso a seguir:

Eu verdadeiramente vim me sentir pai mesmo eu acho que a Nana devia ter entre cinco e seis anos. (...) Demorou pra eu assimilar aquela coisa de ser pai. (...) A gente começa a ver outros pais que davam bem mais atenção (...) eu comecei a ver realmente que eu estava ausente daquilo ali, aquela afeição de pai. (...) Com Nicole eu já tentei ser bem mais presente. (...) Eu acho que começa (...) quando começa a planejar a ter um filho (...) durante a gravidez é que você já sabe que está ali com o filho, que ele está ali dentro, que vai existir em todos os momentos, então como foi agora no caso de Nicole. (...) Então tive aquela vontade de já estar presente desde o primeiro momento de vida (Tadeu).

O discurso acima expressa que a relação familiar vivida na atualidade tem modificado o significado de paternidade. O pai sente-se mais seguro em expressar seus sentimentos e participar dos cuidados com os filhos, sem temer alguma cobrança da sociedade por uma postura estereotipada de pai tradicional.

O grande salto é a nova percepção do homem sobre a necessidade dos filhos de ter um pai participativo dos cuidados e da afetividade e pela necessidade de divisão de tarefas entre homens e mulheres. (Freitas, Coelho & Silva, 2007, p.143).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a sociedade e o indivíduo influenciam constantemente na realidade vivenciada, construindo o momento presente com bases nessa mútua contribuição de valores, morais e experiências, é possível analisar as representações de papéis de gênero como construções sócio-culturais, as quais, passíveis de transformações, são reformuladas, ressignificadas à medida que o social vivencia mudanças.

Pode-se observar esse processo de transformações ao realizar uma breve retrospectiva, quando no século XIX, em consequência à entrada do capitalismo comercial e da industrialização, a mulher deixa de trabalhar junto ao marido e volta-se para uma vida estritamente privada, para o ambiente doméstico, o que significava status social, conforme Pinsky (2003).

Atualmente, com inserção da mulher no mercado de trabalho, a maioria das mulheres busca renda própria, e o status social está em ser bem-sucedida profissionalmente. E o homem que antes era o único sustentáculo da família, hoje divide, em grande parte das famílias de classe média urbana, o papel de provedor com a mulher.

Os filhos, por sua vez, vivenciam simultaneamente um maior distanciamento da relação com a mãe, devido a sua jornada de trabalho, como também um aumento do vínculo afetivo com o pai, o qual percebe a importância de sua contribuição afetiva na vida de seus filhos, e a necessidade de compartilhar as tarefas com a mulher.

Ambos os cônjuges, ao exercerem papéis de provedores financeiros pode refletir uma adaptação às necessidades de aumento na renda familiar, mas também é a expressão de uma individualidade muito presente no social hoje.

A ideologia individualista que permeia a sociedade contemporânea tem forte contribuição na construção dos novos relacionamentos conjugais. De acordo com Fonseca (1995), Doutora em Antropologia Social:

“Quão diferente são os valores que regem as identidades de nossos contemporâneos! Hoje, mal toleramos o peso dos papéis sociais, das obrigações acarretadas pelo status de esposa, filha, etc. Considera-se que cada um tem o direito de buscar a “auto-realização”, de desenvolver sua individualidade, descobrir-se como indivíduo singular e inimitável.”(Fonseca citada em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.76).

Sendo assim, os membros do casal não buscam no outro a sua “outra metade” para estabelecer a relação quase “simbiótica” que era experienciada até pouco tempo atrás. Nessa contemporaneidade, a tendência é descobrir-se como um sujeito que detém inúmeros atributos, e dentre eles, os antes socialmente reprimidos.

Essa reconfiguração social e individual gerou impactos consideráveis na relação conjugal contemporânea, pois, segundo Giddens (1992), ao vivenciar a sexualidade plástica, diretamente ligada ao eu, livre das necessidades de reprodução, o casal adquire maior liberdade para o prazer sexual, onde este torna-se indispensável para a manutenção da relação.

Além disso, de acordo com o chamado “Amor Líquido” de Bauman (2004), todo esse sentimento de individualidade gera, no casal moderno, o impulso pela liberdade, o qual entra em conflito com a ânsia pelo pertencimento ao outro. Esse amor consiste exatamente no que o autor considera como a fragilidade dos vínculos humanos. Os cônjuges permanecem no relacionamento enquanto puderem usufruir de satisfação e enriquecimento individuais, e podem dissolver a relação caso o outro não atenda as suas expectativas imediatas.

Essa imprevisibilidade de duração do relacionamento, essa “liquidez” de sentimento traz a necessidade dos casais ressignificarem suas expectativas e idealizações sobre o casamento.

Cabe lembrar que o princípio individualista, companheiro da época moderna, deveria ser responsável por uma série de valores que todos percebem como positivos: a igualdade de

todos os seres humanos, a democracia, etc. (Dumont citado em Ribeiro & Ribeiro, 1995, p.81).

Assim, a sociedade tem passado por profundas transformações, entretanto, ainda há um caminho a ser percorrido para que o homem e a mulher sejam percebidos de forma igualitária pelo social e por eles mesmos.

Há uma emergência na cooperação mútua, na sincera interação entre o homem e a mulher para que ocorra a desconstrução real de estereótipos que envolvem significados de feminino e masculino, para que eles possam enfim perceber-los como atributos constituintes de si mesmos. Essa ressignificação envolve ideais e valores menos competitivos e restritos ao individual, e mais cooperativos, considerando também o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERONI, F. (1986) *O Erotismo. Fantasias e realidades do amor à sedução*. Edel (Trad.). São Paulo: Editora Rocco Ltda.

AMBROSIO, Marcos Antonio. (2006) *BNDES. Visão do desenvolvimento*, v.10. Disponível em:http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_10.pdf. Acesso em: 02 Nov 2007.

ARAUJO, C. & SCALON, C. (2006). *Gênero e a distância entre a intenção e o gesto*. Rev. bras. Ci. Soc. , São Paulo, v. 21, n. 62. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 Nov 2007.

ARAUJO, M. de F. (2002). *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. *Psicol. cienc. prof.* [online]. jun. 2002, vol.22, no.2 [citado 08 Novembro 2007], p.70-77. Disponível na World Wide Web: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=pt&nrm=iso.

ARIÉS, P. & DUBY, G. (1992) *História da Vida privada. Da primeira Guerra aos nossos dias. Vol.5*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARIÉS, P. (1975) *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos: Editora S.A.

ARRUDA, A. (2002). *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*. **Cad. Pesqui.** , São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 Out 2007.

BARSTED, L. L. (1995). *De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres*. p.151-159. Em: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. A. (org.) *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII*. São Paulo: Editora Loyola.

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. C. A. Medeiros (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2004) *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. C. A. Medeiros (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOARINI, M. (2003). *Refletindo sobre a nova e velha família*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 8. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso: 17 Out 2007.

BOZON, M. (2003) *Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea*. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 20. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 Out 2007.

COUTINHO, R. M. L. (2000). *Dos contos de fadas aos super-heróis: Mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades*. *Psicologia Clínica - sphere.rdc.puc-rio.br*. Disponível em: <http://sphere.rdc.puc-rio.br/sobrepuc/depto/psicologia/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho>. Acesso em: 29 Out 2007.

DUARTE, D. L. F. (1995). *Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família*. p.27-43. Em: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. A. (org.). *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII*. São Paulo: Editora Loyola. P.27-43.

DUBY, G. & PERROT, M.(1982). *História das mulheres no ocidente*. G. B. Barba & T. Joaquim (trad.). São Paulo: Companhia das Letras. P.331-340

ESHER, C. S. F. A. (1999). *Aids na Marinha: vivendo o fim de uma carreira*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 115 p. Disponível em: <http://www.portalteses.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1999/esherafscm/capa.pdf>. Acesso em: 29 Set 2007.

FÉREZ-CARNEIRO, T.(1998). *Casamento Contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade* - Psicologia: Reflexão e Crítica, ano/ vol.11, numero 002. UFRGS: Porto alegre. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/188/18811214.pdf>. Acesso em: 14 Nov 2007.

FOCAULT, M. (1988). *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. C. F. Moisés & A. M. Ioriatti (trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOCAULT, M. (1998). *História da Sexualidade 2. O Uso dos Prazeres*. M. T. C. Albuquerque (trad.). Rio de Janeiro. Edições Graal.

FONSECA, C. (1995). *Amor e Família: vacas sagradas da nossa época*. Em: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, T.Ana. (org.). *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII*. São Paulo: Editora Loyola. p.69-90

FREITAS, M. F. W. ; COELHO, A. C. E. & SILVA, M. C. A. T. (2007). *Fatherhood: the male experience from a gender focus*. Cad. Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 23, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Out 2007.

GIDDENS, A. (1992). *A Transformação da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. M. Lopes (trad.). São Paulo: Editora UNESP.

JODELET, D. (2001). *As Representações Sociais*. L. Ulup (trad.). Rio de Janeiro: Editora UERJ.

LAQUEUR, T. W. (2001). *Inventando o Sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. V. Whately (trad.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LAVINAS, L. (1997) *Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete*. Dados , Rio de Janeiro, v. 40, n. 1. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov 2007.

LECK, A. C. & WAGNER, A. (2003). *A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 8, n. spe, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 Out 2007.

LOURO, L. Guacira. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma Perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MURARO, Rose Marie & Boff, Leonardo. (2002). *Feminino e Masculino: Uma nova Consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.

NETO, Orestes Diniz & FERES-CARNEIRO, Terezinha. (2005). *Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades*. *Estud. psicol.* (Campinas). [online]. vol.22, no.2 [citado 22 Novembro 2007], p.133-141. Disponível na World Wide Web: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000200003&lng=pt&nrm=iso.

NOLASCO, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

PINSKY, B. C. (2003). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. A. (1995). Em: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. A. (org). *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII*. São Paulo: Editora Loyola.

ROSEMBERG, F. (1995). A criação de filhos pequenos: tendências e ambiguidades contemporâneas. Em: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. (org.). *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII*. São Paulo: Editora Loyola. p.167-190.

SARTI, A. C. (1995). *O valor da família para os pobres*. Em: RIBEIRO, I. & RIBEIRO, T. A. (org.). *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na sociedade brasileira*. Coleção Seminários Especiais – Centro João XXIII. São Paulo: Editora Loyola. p.131-150.

SCOTT, W. J. (1993). *Mulher trabalhadora*. Em: DUBY, G., PERROT, M. *História das Mulheres*. Porto Alegre: Afrontamento.

TORRAO FILHO, A. (2005). *Gender issue: where masculine and feminine meet*. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 Out 2007

VAISTMAN, Jeni. (1994). *Flexíveis e Plurais: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

